CLIPPING — COMPLEXSYS E ANDRÉ FELDMAN NA MÍDIA

Dark Horse: Dino levanta sigilo de investigação que cita Mário Frias, aponta indícios de irregularidades e menciona possível elo com PCC

Dino vê indícios de conexão entre os inquéritos, cita a hipótese de uma organização criminosa voltada ao desvio de recursos públicos e menciona investigação sobre possíveis vínculos com o PCC. Na quinta-feira, Mário Frias classificou a operação da PF como uma 'cortina de fumaça'.

Fonte original: g1. Este documento é uma cópia de arquivo para clipping; o conteúdo pertence ao veículo e não foi produzido por este sistema.

Veículo	g1 (g1.globo.com)
Autor	Não identificado
Data de publicação	13/09/2026 10:43
URL original	https://g1.globo.com/politica/noticia/2026/09/13/dark-horse-dino-levanta-sigilo-de-investigacao-que-cita-mario-frias-aponta-indicios-de-irregularidades-e-menciona-possivel-elo-com-pcc.ghtml
Relevância	Alta · Investigação e Justiça · Reportagem
Pessoas citadas	Mário Frias, Flávio Dino, Karina Gama
Organizações	Polícia Federal, Prefeitura de São Paulo, Complexsys, Instituto Conhecer Brasil (ICB), Academia Nacional de Cultura (ANC), Supremo Tribunal Federal
Data da coleta	29/09/2026 10:04
Situação	No ar · última verificação 28/11/2026 00:36
Versões	1

TRECHOS QUE CITAM ANDRÉ FELDMAN / COMPLEXSYS

• Segundo o despacho, a Complexsys Soluções Integradas Ltda., empresa de tecnologia contratada pelo Instituto Conhecer Brasil (ICB), entidade presidida pela empresária Karina Ferreira da Gama e beneficiária de recursos oriundos de emendas parlamentares, recebeu transferências do deputado federal Mário Frias (PL-SP), que, segundo a Polícia Federal, teria papel central na suposta engrenagem investigada, e também repassou recursos de volta ao próprio instituto.

• Para a Polícia Federal, a circulação de recursos entre Frias, a Complexsys, o ICB e a ANC sugere a existência de um "circuito financeiro fechado", compatível com a atuação coordenada de um mesmo núcleo.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

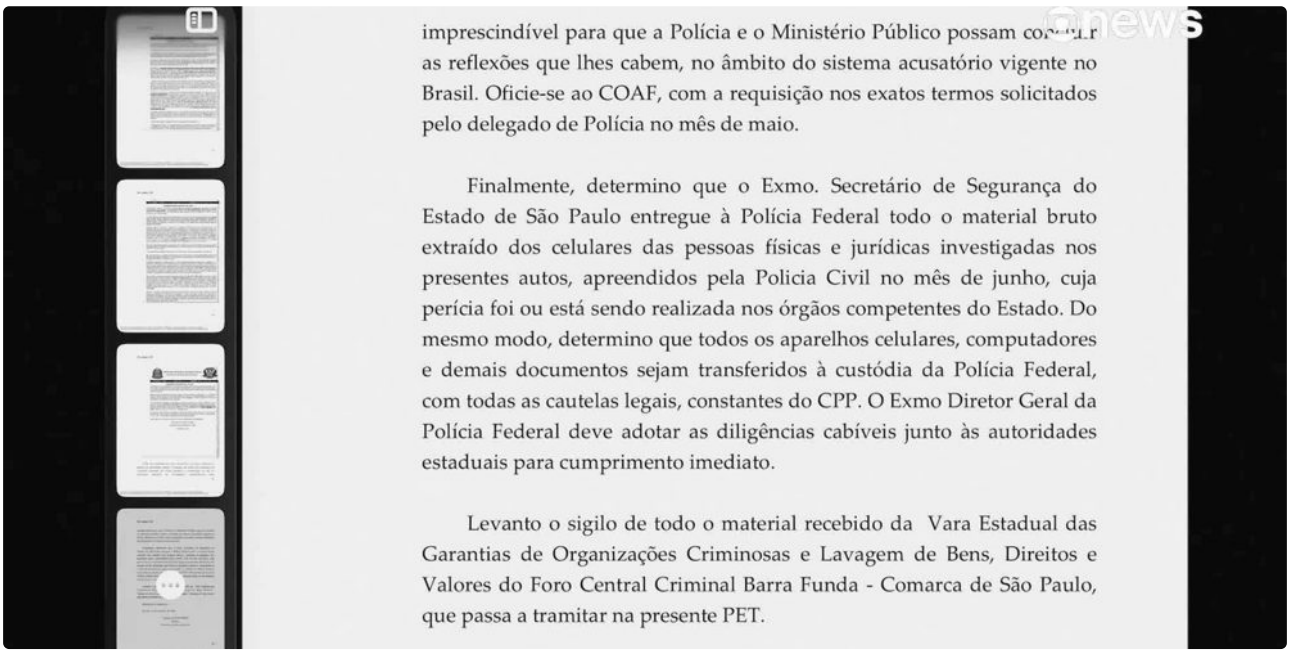


Imagem: reprodução / g1

RESUMO

Indícios de organização criminosa A Polícia Federal também aponta movimentações financeiras envolvendo o deputado federal Mário Frias e a empresa Go Up Entertainment, ligada à empresária Karina Ferreira da Gama. "Em verdade, há fortes indícios de uma única organização criminosa, estruturada para captar, disseminar e ocultar recursos provenientes de verbas públicas, na qual o Deputado Federal Mário Frias figura como agente central", afirma a representação da Polícia Federal reproduzida no despacho de Flávio Dino.

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Flávio Dino, levantou neste domingo (13) o sigilo de documentos enviados pela Justiça de São Paulo e unificou sob sua relatoria investigações que apuram um suposto esquema de desvio de recursos públicos envolvendo emendas parlamentares federais, contratos ligados à Prefeitura de São Paulo e pessoas vinculadas ao deputado federal Mário Frias (PL-SP).

Na última quinta-feira (10), Mario Frias classificou como “cortina de fumaça” a operação da PF que realizou buscas em sua residência. Em vídeo publicado nas redes sociais, o parlamentar negou irregularidades, afirmou que vai colaborar com as investigações e entregar todos os documentos necessários e disse acreditar no arquivamento do caso. Foi a primeira manifestação de Frias sobre a operação.

Na decisão divulgada neste domingo, Dino afirma haver indícios de conexão entre os inquéritos e menciona a hipótese investigativa de uma organização criminosa voltada à captação, circulação e ocultação de recursos públicos. O ministro também registra uma linha de investigação que apura possíveis vínculos do grupo investigado com a facção PCC (Primeiro Comando da Capital).

Circuito financeiro fechado

Segundo o despacho, a Complexsys Soluções Integradas Ltda., empresa de tecnologia contratada pelo Instituto Conhecer Brasil (ICB), entidade presidida pela empresária Karina Ferreira da Gama e beneficiária de recursos oriundos de emendas parlamentares, recebeu transferências do deputado federal Mário Frias

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/ publicador.

(PL-SP), que, segundo a Polícia Federal, teria papel central na suposta engrenagem investigada, e também repassou recursos de volta ao próprio instituto.

De acordo com o documento, a empresa ainda transferiu valores para a Academia Nacional de Cultura (ANC), organização sem fins lucrativos também presidida por Karina Gama. Para a Polícia Federal, a circulação de recursos entre Frias, a Complexsys, o ICB e a ANC sugere a existência de um "circuito financeiro fechado", compatível com a atuação coordenada de um mesmo núcleo.

"Essa circulação de recursos entre o parlamentar, a entidade executora, a empresa contratada e outra organização beneficiária não se compatibiliza com relações negociais independentes e economicamente justificadas. Ao contrário, evidencia um circuito financeiro fechado, característico de estruturas destinadas à circulação, fragmentação e reintrodução de valores entre integrantes de um mesmo núcleo de atuação", diz a representação da Polícia Federal citada no despacho.

Possível 'confusão patrimonial'

Segundo a Polícia Federal, outro conjunto de evidências aponta para uma possível "confusão patrimonial" entre o Instituto Conhecer Brasil (ICB), empresas contratadas pela entidade e pessoas ligadas ao grupo investigado.

De acordo com a representação reproduzida no despacho de Flávio Dino, os investigadores identificaram vínculos societários cruzados, proximidade entre sócios e administradores, empresas com faturamento declarado incompatível com os valores movimentados e sucessivas devoluções de recursos sem justificativa econômica aparente. Para a PF, esses elementos indicam a possível atuação coordenada de pessoas físicas e jurídicas formalmente distintas.

"Tais circunstâncias afastam a hipótese de relações comerciais ordinárias e indicam, em tese, a utilização de pessoas jurídicas como instrumentos de circulação patrimonial e ocultação de valores. Em vez de agentes econômicos independentes contratando entre si em condições de mercado, o que se observa é a atuação coordenada de entes formalmente distintos, mas materialmente integrados por interesses comuns e por um fluxo financeiro sem justificativa negocial consistente", diz a representação da PF.

Indícios de organização criminosa

A Polícia Federal também aponta movimentações financeiras envolvendo o deputado federal Mário Frias e a empresa Go Up Entertainment, ligada à empresária Karina Ferreira da Gama. Segundo os investigadores, o parlamentar transferiu valores à empresa em montante que seria incompatível com sua renda declarada e com os créditos identificados nas contas bancárias analisadas.

Na avaliação da PF, essa circunstância afasta a hipótese de que Frias tenha atuado apenas como autor de emendas parlamentares posteriormente desviadas por terceiros. A representação reproduzida no despacho sustenta que as movimentações financeiras identificadas colocam o deputado como possível participante ativo da engrenagem financeira sob investigação.

Segundo os investigadores, Frias também mantinha relações patrimoniais com pessoas e empresas que integram o mesmo núcleo já identificado em outras frentes da apuração. Para a PF, esse conjunto de elementos reforça a hipótese de atuação articulada entre os investigados, embora os fatos ainda estejam sob investigação.

De acordo com o documento, essas informações levaram os investigadores à conclusão de que não há dois esquemas distintos, um relacionado ao desvio de recursos públicos no âmbito das emendas

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

parlamentares e outro referente às movimentações financeiras de pessoas físicas e jurídicas vinculadas ao núcleo investigado, esteadas, na maior parte, em valores repassados ao ICB em decorrência do contrato firmado com a Prefeitura de São Paulo, objeto da investigação no âmbito da polícia judiciária estadual.

"Em verdade, há fortes indícios de uma única organização criminosa, estruturada para captar, disseminar e ocultar recursos provenientes de verbas públicas, na qual o Deputado Federal Mário Frias figura como agente central", afirma a representação da Polícia Federal reproduzida no despacho de Flávio Dino.

Possível elo com PCC

Ao analisar o material remetido pela Justiça de São Paulo, o ministro Flávio Dino avaliou que a investigação reforça a hipótese de existência de um esquema de destinação e desvio de recursos públicos envolvendo emendas parlamentares federais e contratos da Prefeitura de São Paulo.

No despacho, o ministro registra ainda que os autos mencionam uma linha de investigação segundo a qual a suposta organização criminosa teria possíveis vínculos com a facção PCC (Primeiro Comando da Capital). Segundo Dino, trata-se de uma linha investigativa mencionada nos autos.

"Com efeito, no curso da investigação se fortalece a hipótese de imbricação indissociável em um sofisticado esquema de destinação e desvio de recursos públicos, com destaque para emendas parlamentares federais e para a prefeitura de São Paulo. Essa organização alcançaria, inclusive, vínculos com a facção PCC (Primeiro Comando da Capital), consoante linha investigativa mencionada nos autos", acrescentou o ministro, no despacho.

Fonte original: https://g1.globo.com/politica/noticia/2026/09/13/dark-horse-dino-levanta-sigilo-de-investigacao-que-cita-mario-frias-aponta-indicios-de-irregularidades-e-menciona-possivel-elo-com-pcc.ghtml · Coletado em 29/09/2026 10:04 · Gerado em 29/11/2026 00:09

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.